

“Cowboy anthropology”: nos limites da autoridade etnográfica

Alfredo Wagner Berno de Almeida¹

Antropólogo. Professor da Universidade Estadual do Maranhão, Universidade Federal do Amazonas e Universidade do Estado do Amazonas

Há duas décadas ocorreu em Florianópolis a reunião da ABA Sul com uma fala do professor Roque Laraia, numa mesa-redonda, focalizando as relações entre “ética e antropologia”. O professor alertava sobre a posição dos antropólogos face às recentes demandas sociais e à estruturação de circuitos de mercado relativos a esta competência profissional. É justamente com respeito ao que ele designa como “nova demanda” que a pesquisa na qual estou trabalhando se insinua. Eis o porquê desta referência inicial. Então, há 24 anos atrás, exatamente em novembro de 1993, na Universidade Federal de Santa Catarina, em atividade vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, a fala do professor Laraia intitulada “Ética e Antropologia- Algumas Questões”, circunstanciando as transformações no processo de trabalho dos antropólogos e seus efeitos, assinalava o seguinte:

“Antropólogos trabalham em grandes projetos elaborando relatórios sobre o meio ambiente, os famosos EIA-RIMAS. Antropólogos estão assinando laudos periciais, em questões que envolvem disputas de terras. Antropólogos opinam sobre a pertinência ou não de se atribuir o princípio da imputabilidade a determinados indivíduos. Em todos esses casos a opinião do antropólogo pode definir a vida das pessoas, pode afetar interesses econômicos ou representar sérias modificações no meio ambiente. Tudo isso é complicado, pelo fato de que o antropólogo passa a ter um **novo tipo de relacionamento profissional**. Há uma **nova demanda** em jogo e os antropólogos tem dificuldade de atender a esta demanda” (LARAIA,1993: p.7).

O professor Laraia sublinha tais alterações com bastante ponderação e autoridade. Para os alunos recém-admitidos em Programas de Pós-Graduação em Antropologia faz-se necessário

1 Este artigo consiste no tema inicialmente abordado na Aula Inaugural proferida pelo autor no PPGAS da Universidade Federal de Santa Catarina. As alterações para a composição deste artigo ocorreram a partir de fala degravada e transcrita pela Profa. Raquel Mombelli.

refletir de maneira detida sobre estas condições de possibilidades e a modalidade de antropologia que se imagina mais apropriada e crítica mediante as pressões sociais. Há indagações que refletem sobre os meandros desta antropologia crítica, sob o signo da autonomia face às estruturas de poder, desvelando quais são os desafios maiores no processo de produção antropológica. De 1993 até hoje, as complicações parecem ter-se tornado mais freqüentes e complexas. As respostas aos problemas se tornaram difíceis e estão a exigir, portanto, “novas” formas de abordagem, “novas” modalidades de percepção dos objetos, “novas” posições e procedimentos relativos ao trabalho de campo e, portanto, condições de possibilidades apropriadas para uma “nova descrição”. A adjetivação “nova”, reiteradamente repetida, denota uma insuficiência teórica na explicação de fenômenos contemporâneos e das próprias práticas de pesquisa correspondentes. Com a insistência na forma adjetivada a descrição evidencia acontecimentos que são circunstancialmente inexprimíveis. O papel da descrição como fronteira esbarra num limite do impronunciável, delinea uma certa insuficiência, mas não escapa, entretanto, à possibilidade de uma compreensão antropológica. A noção de “nova” revela significados não-concluídos, inacabados, que fogem ao previsto e ao usual. Todavia, quanto mais se aprofunda na descrição ou na análise concreta de uma situação concreta, mais se tem o que descrever, mais há o que ser dito. Esta dinâmica algo paradoxal do trabalho etnográfico, atinente à centralidade do presente, desvela situações dúbias, registra testemunhos controversos e contribui para repensar conceitos e delinear tendências das pesquisas antropológicas. Aliás, a própria noção de trabalho de campo está sendo sucessivamente recolocada, sofrendo alterações e passando por redefinições de procedimentos, inovando as técnicas de observação direta e as relações de entrevista, evidenciando que muito do que se interpreta como “novidade”, em certa medida, já estaria estimado no repositório da memória antropológica. É neste contexto que experiências de campo, ofuscadas sob uma classificação de pré-história da antropologia, passam a ser reapropriadas, como as de Lewis Morgan, de F.H. Cushing, e de F. Boas. Tais experiências antecedem àquela de B. Malinowski, que é usualmente interpretada como referida à profissionalização dos antropólogos. Morgan, a partir de 1845, se empenhou em defender um dos clãs iroqueses, os Seneca, contra uma grande empresa, a Ogden Kand Company, que queria usurpar parte de suas terras. Utilizou para tanto de descrições, produzidas a partir de observações diretas, transformadas em Relatório enviado ao legislativo, argumentando em favor dos direitos territoriais daquele povo indígena. Outro exemplo seria F.H. Cushing, que realizou trabalho de campo, durante quatro anos, convivendo com os Zuni, entre 1878 e 1882, e sendo convidado a integrar o “clã do papagaio”. A partir daí passou a proteger os conhecimentos tradicionais, incinerando inclusive suas anotações de campo sobre sequências cerimoniais de rituais religiosos mantidos historicamente como “segredo do grupo”, e a defender os pleitos indígenas. Em 1883, quando Cushing saía do campo, Franz Boas chegava a Baffin Island para seu trabalho de campo com os esquimós (*inuit*) e iniciou uma defesa de sua “cultura”. A recuperação de experiências semelhantes a estas desdiz versões usuais da história da antropologia construídas rigidamente em cima de periodizações caracterizadas por oposições simétricas tais como: “período pré-científico” versus “científico” ou “amadorismo” versus “profissionalismo” ou ainda “aventura” versus “pesquisa científica”. Para comentadores e historiadores da antropologia Morgan, Cushing e Boas, o qual comentarei adiante com mais vagar, não tiveram “modelos” para seguir e produziram gêneros descritivos peculiares – como a *inner life*, de Cushing, e a *cultural life*, de Boas – que antecederiam aos próprios “métodos” da descrição etnográfica, consagrados

desde pelo menos 1881 com o trabalho de E. Tylor intitulado *Anthropology. An introduction to the study of Man and Civilisation*².

Em virtude desta releitura crítica abrem-se possibilidades para que dados biográficos e abordagens memorialistas sejam revistos³ e tornem-se eles próprios referências obrigatórias em atos de pretensão didática sobre a história da antropologia.

O professor Laraia, num esforço de análise reflexiva, reporta à sua própria trajetória profissional, buscando pacientemente explicar para os antropólogos reunidos em Florianópolis, há 24 anos atrás, quais foram as recomendações que lhe fizeram, quando foi a campo pela primeira vez. Mais que um dado autobiográfico trata-se de narrar crítica e retrospectivamente uma lição pedagógica. Bourdieu já alertara que não se pode sacrificar a reflexividade ao gênero autobiográfico, advertindo aos leitores na epígrafe de seu *Esboço de Auto-análise*: “Isto não é uma autobiografia”. Não havia nada escrito, segundo Laraia, não havia um manual e nem instruções a serem lidas, quando de seu primeiro trabalho de campo. Não havia aliás, faculdades de antropologia. Como enfatizava Castro Faria o ensino da antropologia no Brasil existiu primeiro como pós-graduação (CASTRO FARIA, 2006). Assim, segundo Laraia, tudo era transmitido verbalmente e de maneira direta por quem o estava orientando no curso de especialização, conforme ele mesmo narra:

“Em 1960, quando comecei a fazer pesquisas em antropologia social, existia apenas um *código de ética* muito simples, que poderia ser resumido em três pontos: Primeiro, o antropólogo não pode se envolver sexualmente com seus informantes. Segundo, o antropólogo deve respeitar os seus informantes e defender os seus interesses. Terceiro: o antropólogo tem um compromisso com a verdade científica” (LARAIA, *ibid.* p. 3).

Certamente que esses “três pontos” também estão colocados em discussão no momento atual. Para refletirmos sobre eles, gostaria de propor a vocês continuarmos no exercício reflexivo, tentando recuperar a posição do antropólogo consoante seus critérios intrínsecos de competência e saber. Como esta posição foi se deslocando no tempo? O que nos leva a pensar na redefinição do que seja a prática do antropólogo, como o professor Laraia está acuradamente, nos alertando? O que significa “defender seus interesses”? Quais são os obstáculos mais significativos a este tipo de produção antropológica? No que consiste, afinal, esta “verdade científica”, que no capítulo atual do trabalho antropológico considera os meios de acesso ao objeto de pesquisa como componentes do próprio objeto?

Para relativizar a força normativa dos manuais e de associações científicas que os coonestaram, o professor Laraia recorre a um episódio marcante na história da antropologia. Ele

2 Gaillard, G., em *Dictionnaire des ethnologues et des anthropologues*. Paris. Armand Colin, 1997, informa o seguinte: “Tylor publie en 1881. *Anthropology. An Introduction to the study of Man and Civilisation* que la revue *American Anthropologist* désigne en 1917 comme le premier “manuel” d’anthropologie (R. Lowie, 1917:263) et que White qualifie, encore en 1960, comme “restant l’une des meilleures introductions à la discipline” (White, 1960:III)” (GAILLARD,1997:33).

3 Bourdieu (2005) chama a atenção para os riscos do memorialismo extremado, para a ilusão biográfica e o acuro utilizado para apreciar criticamente as narrativas autobiográficas ao focalizar a reflexividade. Num esforço similar tem-se as observações críticas de Castro Faria (1993) sobre o trabalho de campo.

começa narrando um episódio conflitivo, de outubro de 1919, exatamente do dia 16 de outubro. Refere-se a uma carta que Franz Boas envia ao jornal *The Nation*, impressa com o título⁴ “Os cientistas como espões”, acusando o governo dos Estados Unidos de estar utilizando quatro antropólogos como espões na América Central. Para Boas, esta espionagem pode estar de acordo com interesses políticos, com interesses nacionais ou com interesses militares, mas não está de acordo com uma postura científica. Consoante Boas a essência da vida é estar a serviço da “verdade”. A quebra da confiabilidade face aos agentes sociais estudados dá lugar à simulação e compromete o rigor científico. Segundo ele, quando você fraudas a sua relação com os seus informantes, com aqueles com os quais você está trabalhando, você falta com a “verdade”, este princípio é básico à prática da antropologia. Em outras palavras a confiabilidade mútua nas relações de pesquisa consiste numa premissa básica do trabalho antropológico.

A despeito desta assertiva, que parece ser atualmente uma afirmativa consensual, Boas é punido em função de sua denúncia. Em 30 de dezembro de 1919 ele é afastado da *American Anthropological Association*. Foi censurado, foi destituído de sua condição de membro desta comissão científica e do conselho da associação, e foi forçado a renunciar a seu cargo no conselho nacional de pesquisa. Quer dizer, o fato dele defender o ponto de vista da “verdade” nas relações de pesquisa não o tornava imune a uma medida punitiva da própria associação científica. O livro de G. Stocking sobre história da antropologia (STOCKING, 2004) registra com pormenor esta ocorrência. Na interpretação de Stocking, os antropólogos que votaram contra Boas, para favorecer a sua punição, foram notadamente antropólogos físicos e antropólogos biológicos, que estavam de fato votando não apenas contra Boas, mas contra a emergência de uma determinada antropologia, ou seja, contra a “antropologia social”, que começava a ganhar corpo e era também designada como “antropologia cultural”. O voto contra Boas era um voto a favor da “facção” que dominava a própria associação de antropologia. Isto nos obriga a pensar que naquele momento, a consolidação da “antropologia social” apontava para uma autonomia não apenas frente ao Estado, mas também face às ciências naturais, bem como para uma lealdade extrema com respeito aos agentes sociais estudados. O movimento de Boas, de certa maneira, a despeito de sua formação em geografia, ciência que era considerada uma ciência natural, consistia num esforço de desnaturalização da antropologia. Ele é punido pela pretensão de favorecer a “antropologia social” como uma ciência autônoma no processo de produção antropológica e a prática científica como não submissa ao poder do Estado. Este dado é relevante para pensarmos que de fato no ato punitivo está em jogo uma verdade relativa, imposta por quem detém o poder de ditar as regras e

4 Traduzida para o português eis um excerto da carta de F. Boas ao editor de *The Nation*: “Em seu discurso de guerra ao Congresso, o presidente Wilson se alongou bastante na teoria de que apenas as autocracias mantêm espões, de que esses indivíduos não são necessários nas democracias. Na época em que o presidente fez essa declaração, o governo dos Estados Unidos tinha a seu serviço um número desconhecido de espões. Não estou preocupado com as discrepâncias entre as palavras do presidente e os fatos reais, embora talvez tenhamos de aceitar que sua declaração significa que vivemos numa autocracia, que nossa democracia é uma ficção. O ponto contra o qual desejo apresentar meu vigoroso protesto é que vários homens a quem desde agora me recuso a dar o nome de cientistas, prostituíram a ciência, usando-a como um disfarce para atividades de espionagem. (...) Chegou às minhas mãos uma prova incontestável de que pelo menos quatro homens que realizam trabalho antropológico, sendo ao mesmo tempo agentes do governo, apresentaram-se a governos estrangeiros como representantes de instituições científicas dos Estados Unidos, enviados para realizar pesquisas. Eles não só abalaram a crença na veracidade da ciência, mas prestaram o maior desserviço possível à pesquisa.” Cf. Carta de Boas ao editor publicada em *The Nation* (1919, pág. 797).

fazê-las cumprir. Nós interpretamos, portanto, a antropologia como um campo de disputas, que são dinâmicas e assumem diferentes características no tempo. O mais impactante, entretanto, e que não pode ser ignorado, é o modo como as forças se movimentam dentro deste campo, utilizando a ética como arma política e de uma forma muito autoritária, assaz dura e inflexível, não obstante referidos todos os antropólogos, como na situação ora referida, a uma mesma associação científica.

A posição de Boas é coetânea do imediato pós - I Guerra Mundial e tem sido classificada em levantamentos bibliográficos específicos e em recentes “histórias da antropologia”, desde pelo menos 1982, no tópico correspondente à “antropologia da guerra”, como registram R. Ferguson e L. Farragher (1988) no seu *The Anthropology of War. A bibliography* e Andrew Evans em *Anthropology at War*. Pode-se pensar na hipótese de uma correlação entre situações-limite, com acontecimentos trágicos referidos a guerras e conflitos sociais, e o acirramento de disputas no campo da produção antropológica acerca do “papel do antropólogo”. A agudização dos antagonismos sociais parece requerer a cada nova ocorrência, de maneira constante e às vezes repetitiva, uma definição formal e explícita face às “novas demandas”, publicizando de maneira detalhada o trabalho antropológico e seus efeitos.

"Antropologia da ação" - action anthropology

Assim, vinte e três anos depois da Carta de Boas, durante a II Guerra Mundial, começam a surgir outros questionamentos marcantes do “papel do antropólogo”, sob a forma de críticas à antropologia aplicada. Ganham corpo ao final da guerra e aparecem publicamente, de maneira mais completa, através de um pronunciamento de Sol Tax (2010), no início da década de 1950-60, enfatizando a denominada *action anthropology*. Os trabalhos de Sol Tax não foram traduzidos para o português e ele é um autor pouco familiar aos nossos estudantes. Trata-se de um antropólogo norte-americano, cujo PhD data de 1934, que foi orientado por Robert Redfield e pesquisou durante oito anos na Guatemala, no lago Atitlán, sobretudo no povoado de Panajachel, e produziu *Penny Capitalism: a Guatemalan Indian Economy*, uma etnografia publicada, em 1953, pela Smithsonian Institution, e em dois volumes, em 1964, pelo Ministerio de Educación Pública da Guatemala, que, como já sublinhei, infelizmente nunca foi traduzida para o português. Pesquisou ainda no México e na Guatemala contribuindo para que os primeiros “nativos”, quais sejam Antonio G. Carrera e Juan de Dios Rosales, se tornassem antropólogos, já na década de 40. Tax dirigiu o departamento de antropologia da Universidade de Chicago, substituindo Redfield. A *action anthropology* ou “antropologia da ação” de Sol Tax, também chamada na literatura francesa de *anthropologie active*, procura levar em conta não apenas o ponto de vista dos observados, mas também seus interesses, ressaltando sua “cultura”, suas denúncias e reivindicações, dispondo o trabalho antropológico a serviço dos povos estudados. Este tipo de prática recebeu também a designação de “antropologia participante”, “antropologia intervencionista” ou “antropologia do sujeito” e preconizava uma ruptura com o colonialismo. Tax resume, portanto, em dois pontos esta antropologia. Em primeiro lugar, uma antropologia que busca reproduzir o ponto de vista dos povos e comunidades estudados, observando os fenômenos deste prisma. Até aí, nada além de Malinowski. Mas o segundo ponto é mais disruptivo. Trata-se de uma antropologia autônoma

em relação a governos, que defenda os direitos e os interesses desses povos e comunidades estudados e acompanhe, através dos critérios de competência e saber antropológicos, suas reivindicações face ao Estado e à sociedade. Enfim, uma antropologia que se coloca a serviço dos povos estudados.

Sol Tax, que se beneficiou dos ensinamentos de Radcliffe-Brown sobre as estruturas sociais, dá um passo adiante nas relações de pesquisa frente aos etnógrafos ingleses. Ele resgata a antropologia britânica e vai além dela. Aproximando-se de um grupo de antropólogos que estuda a América Central – Sidney Mintz, Eric Wolf, Richard Adams – ele abre um campo de reflexões em torno da relação entre sociedades autoritárias e mundo colonial. Nesta ordem estimulou a mobilização de antropólogos e suas organizações profissionais, como a *American Anthropological Association*, mediante situações de violência, de massacres e de genocídio. Nos desdobramentos destas ações é que Sol Tax criou em 1958 o periódico *Current Anthropology*, reeditando, inclusive, a perspectiva da “antropologia da ação”, que fora reproduzida integralmente em 1953 pela **America Indígena**⁵. Tais posições críticas contribuíram nas décadas seguintes para consolidar como tema de discussão nas universidades e associações profissionais a questão da responsabilidade social e científica dos antropólogos.

Boas e Sol Tax, ao contrariarem os centros de poder e propugnarem a autonomia na pesquisa antropológica, cada um a seu modo, descrevem rupturas em situações limites ou em circunstâncias de guerra, em que as formas de competência da antropologia são levadas a extremos para atender à demandas emergenciais de governos beligerantes. Em outras palavras os antropólogos são levados às fronteiras do exercício de sua competência e de seu próprio ofício. No ano de 1941, em tempos de guerra, aparece também a revista *Applied Anthropology*, enfatizando uma prática específica, que depois será considerada como atividade menor no domínio da antropologia, e vai servir de início, basicamente aos interesses do Estado. Novamente, tem-se a antropologia como um campo de disputas, que a cada momento em que se insinua uma posição, tem-se de pronto uma ou várias respostas contrárias a ela, delineando forças em múltiplas lutas seja por cargos, por recursos ou pelo controle de instâncias de consagração e de administração da política científica.

"Antropologia em ação" – applied anthropology

Com o fim da II Guerra Mundial, em 1946, surge de maneira acabada uma classificação do trabalho antropológico que resgata práticas antropológicas de uso militar e a serviço do Estado, que diferem daquela traçada pelos antropólogos que seriam de ruptura ou autonomistas. Ela encontra-se delineada no livro *Um espelho para o homem* de Clyde Kluckhohn, cuja primeira edição é de 1949, no capítulo oitavo, intitulado “antropólogos em ação”. Neste capítulo, ele recupera a “antropologia aplicada” e as atividades dos antropólogos no período da Segunda Guerra e chama a atenção para as vicissitudes dos que atenderam as demandas oficiais. Kluckhohn narra isto do seguinte modo:

“Durante a guerra, a Segunda Guerra Mundial, utilizaram-se conhecimentos antropológicos para empregar os trabalhadores nativos na produção

5 Tax (1950) e Hinshaw (1975).

de alimentos nas áreas nativas, e para conseguir a cooperação dos nativos com a causa aliada. Muitos antropólogos ajudaram a treinar quatro mil oficiais do Exército e dois mil da Marinha para o governo militar de territórios ocupados. Os antropólogos desempenharam um papel importante, elaborando uma série de folhetos distribuídos aos soldados das forças armadas que, do ponto de vista de instrução, percorriam toda a gama desde o emprego da gíria australiana até o comportamento adequado para com as mulheres do mundo muçulmano. Ajudaram a descobrir a melhor maneira de induzir os prisioneiros japoneses, italianos e alemães a se renderem, e promoveram a continuada resistência nos países ocupados pelos nossos inimigos. Durante a guerra, a *antropologia aplicada* (a antropologia a serviço do Estado) floresceu. Os antropólogos britânicos tiveram postos importantes no Ministério das Relações Exteriores, no Almirantado, no Serviço britânico de informações, no inquérito social da guerra” (KLUCKHOHN, 1963:167) (g.n.).

Com este tipo de descrição do uso militar dos serviços antropológicos Kluckhohn vai mencionando as atividades todas dos antropólogos que participaram diretamente de atividades de guerra com os recursos teóricos e metodológicos de seu ofício. Segundo ele, nos Estados Unidos, os antropólogos trabalharam durante a guerra em sua capacidade profissional, no serviço de inteligência militar, no departamento de Estado, no escritório de serviços estratégicos, na junta de bem-estar econômico, no inquérito estratégico de bombardeamento, no governo militar, na organização dos serviços aditivos, no escritório de inteligência naval e no serviço de informações de guerra. Assim ele lista uma página de inscrições, de serviços de informação em que os antropólogos trabalharam. Um destes trabalhos que ficaram mais conhecidos é o de Ruth Benedict intitulado *The chrysanthemum and the sword: pattern of Japanese culture*, publicado na íntegra em 1974 e cujos agradecimentos são dirigidos primeiramente ao “Serviço de Informação de Guerra” e ao comandante militar A. Leighton, que chefiava a “Divisão de Análise Moral Estrangeira”.

Kluckhohn, também mencionado nos agradecimentos de Benedict, destaca o trabalho da instituição oficial, *War Relocation Authority*, que organizava as atividades executadas pelos antropólogos. Como já foi dito ele designa este conjunto de atividades de uso militar da antropologia com a expressão “antropólogos em ação”.

A autonomia no exercício do ofício de antropólogo propugnada pela “*antropologia da ação*” de Sol Tax distingue-se qualitativamente e tem sentido oposto àquele da expressão “*antropólogos em ação*”, sob a tutela do Estado, e da respectiva “antropologia aplicada” registrada por Kluckhohn. Os termos “antropologia” e “ação”, aparentemente intransitivos, ficam tributários de preposições que entram na composição das duas expressões com função de disjuntar, enunciando profundas diferenças e significados que se contraditam e estão em permanente oposição.

No decorrer da II Guerra Mundial, o Brasil havia assinado, em 1942, acordos de fornecimento de matéria-prima (látex – emulsão de borracha e resina -, castanha, amêndoa de coco babaçu) com os Estados Unidos, denominados de “Acordos de Washington”. Esses acordos, produtos do esforço de guerra, consolidam a presença no país do antropólogo Charles Wagley que, desde 1938, já pesquisava povos indígenas no Mato Grosso. Ele coordena uma missão técnica norte-americana, que se desloca para a Amazônia e o Nordeste. Durante a guerra, Wagley trabalha na área de saúde, mais precisamente no SESP, que é o serviço de saúde pública encarregado de

manter o bom estado físico dos trabalhadores, sobretudo dos extrativistas. Observe-se que neste momento os japoneses haviam tomado dos colonizadores europeus, na Indochina e na Malásia, as plantações de seringueiras para a produção do látex e da borracha. A economia extrativista na Amazônia encontrava-se numa prolongada crise e para reorganizar o extrativismo e assegurar um processo de produção permanente numa economia de guerra foram recrutados, notadamente no Nordeste, trabalhadores que seriam destinados às atividades extrativas, os chamados “soldados da borracha”. Os antropólogos norte-americanos acompanharam os trabalhadores nos navios saídos do Ceará com destino à Amazônia⁶. O trabalho dos antropólogos estrangeiros, norte-americanos, que compunham o chamado “grupo de migração”, consistia em acompanhar e anotar, durante toda essa viagem, tudo que se referisse ao sistema de representação dos “soldados da borracha” e ao seu modo de vida, tendo como finalidade precípua cuidar da sua saúde. A integridade física da força de trabalho, antes mesmo de entrar diretamente no processo produtivo, mostrava-se essencial numa economia de guerra, que demandava intensivamente recursos estratégicos, sejam minerais ou produtos florestais. É por isso que os antropólogos trabalhavam a partir do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP). O SESP⁷ era o lugar onde Wagley tinha o seu escritório central, e os registros da migração dos denominados “soldados da borracha”, bem como seu respectivo cadastramento, encontravam-se aí arquivados.

Antropólogos como "agentes do desenvolvimento"

Após a guerra Wagley trabalha sob os auspícios da UNESCO, com uma equipe composta dos seguintes antropólogos: Ben Zimmerman, Marvin Harris e Harry Hutchinson. Este grupo de antropólogos, juntamente com Eduardo Galvão, sob a coordenação de Wagley, se fortalece, realizando inúmeras pesquisas e elaborando relevantes publicações. A mais destacada consiste no livro de Wagley, convertido em “obra clássica” sobre a Amazônia, intitulado *Amazon Town*, de 1953. Outro livro igualmente considerado “clássico” concerne à primeira tese de doutorado defendida nos Estados Unidos por um antropólogo brasileiro. Refiro-me a *Santos e Visagens* de autoria de Eduardo Galvão, orientado por Wagley. Há historiadores da antropologia, como P. Mercier (1966), que classificam Wagley como próximo a Tax por enfatizarem ambos a análise dos “fatos econômicos”. Os antropólogos vinculados a Wagley ficaram marcados, entretanto, pela abordagem evolucionista e pelo conceito de aculturação, projetando o “desaparecimento”

6 Sobre este trabalho da equipe de antropólogos coordenada por Wagley pode-se consultar os documentos disponíveis no Charles Wagley Archives, localizado na Universidade da Flórida, em Gainesville. Dentre eles vale citar o Relatório intitulado “Health Report”, datado de “Fortaleza. Brazil. April 25, 1944” em que John Henry Edwards destaca seu trabalho de pesquisa no navio “Comandante Ripper”. Eis o cabeçalho do mencionado Relatório: “Report on Voyage by Lloyd Brasileiro steamer “COMANDANTE RIPPER” from Fortaleza to Belém, Pará, with 988 migrants, being 673 men, 140 women and 175 children, recruit of the Departamento Nacional de Imigração for rubber extraction on the plantations in Amazonia.” As estimativas oficiais assinalam que foram transportados para os seringais da Amazônia, durante a II Guerra Mundial, 54.000 “trabalhadores nordestinos”.

7 O SESP, como explica Wagley no Prefácio à primeira edição brasileira de *Uma Comunidade Amazônica* (Estudo do Homem nos Trópicos). São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1957 (Tradução de Clotilde da Silva Costa), “foi concebido, a princípio, como uma medida de guerra e um de seus principais programas era fornecer assistência médica aos produtores de matérias primas estratégicas – os seringueiros do Vale Amazônico, os emigrantes das zonas do nordeste devastadas pelas secas que demandavam o Amazonas para extrair a borracha, e os mineiros de mica e quartzo das regiões montanhosas do Brasil Central” (WAGLEY,1957:10).

e a completa absorção dos indígenas pela “sociedade nacional”. A despeito disto não podem ser lidos como fortalecendo necessariamente a antropologia aplicada, que apontava numa direção aproximada. Ao contrário, os trabalhos de Wagley e Galvão propiciaram a abertura de um debate profundo, que envolveu uma descrição etnográfica e um conhecimento específico, que os levou, inclusive, a relativizarem posteriormente e autocriticarem suas próprias conclusões de inspiração evolucionista. Mas não apenas isso. Seria uma imprecisão, senão uma injustiça, colocar todos sob uma mesma e única classificação. Estava em jogo uma discussão dos processos de aculturação, numa quadra desenvolvimentista, e os trabalhos dos antropólogos refletem abordagens diversas, como mostrarei adiante.

No pós-guerra com o processo de descolonização na Ásia e na África e com as medidas de cooperação internacional os antropólogos passam a ser classificados como “agentes do desenvolvimento”. O antropólogo George Foster reflete sobre a cooperação dos antropólogos norte-americanos nos países da América Central e da Ásia, ressaltando a economia camponesa e as praças de mercado, e teoriza sobre o impacto das inovações tecnológicas nas comunidades tradicionais. Também faz uso da expressão “*antropólogos em ação*” no título dos capítulos 10 e 11 do livro intitulado *As culturas tradicionais e o impacto das tecnologias* (FOSTER, 1962), retratando a ação oficial norte-americana de cooperação internacional. É como se a grande guerra continuasse e de fato os combates na Coreia e na chamada “Indochina”, com a vitória militar de Van Giap em Dien Pien Fu sobre os colonizadores europeus, e depois na África (Congo, Quênia, Argélia), contribuem para que se possa compreender a persistência das práticas referidas à chamada antropologia aplicada, agora sob a égide da categoria “desenvolvimento”.

Foster despertou seu interesse pela antropologia aplicada, em 1951, quando juntamente com outros cientistas sociais do *Smithsonian Institution*, como Kalervo Oberg, Charles Erasmus, Isabel Kelly e Ozzie Simmons, analisou fatores culturais que poderiam afetar o funcionamento de centros de saúde pública em vários países latino-americanos (México, Colômbia, Peru e Brasil). Foster, como membro da cooperação internacional na área de saúde pública, foi enviado à Índia, ao Paquistão e às Filipinas, em 1955, e ao Afeganistão, em 1957, para observar o que ele designa de “desenvolvimento de comunidades”.

Os antropólogos tornam-se mediadores e capacitadores de comunidades em sua função de “agentes do desenvolvimento”. A categoria “desenvolvimento”, que havia sido alçada à ordem do dia do planejamento governamental no pós-guerra, desfazendo aparentemente a relação metrópole-colônias, ganhou força com os seguidores do Presidente H. Truman, reclassificando os países em “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”. As narrativas míticas do desenvolvimento buscavam romper com a noção de “tradicional”, que passa a ser interpretada negativamente como oposto a moderno, à inovação tecnológica e ao progresso. Foster associa “tradição” a “fatalismo”, bem como associa às sociedades camponesas o “conservantismo”, opondo-as à “novedad”, termo tomado ao lexicógrafo espanhol Covarrubias.

Prevalece, no decorrer dos anos 50 e no início dos 60, uma interpretação positiva combinada com a imagem dos antropólogos como “agentes do progresso e do desenvolvimento”, cuja ação transformadora incidia sobre as comunidades tradicionais. Enquanto os principais interlocutores de Wagley no Brasil foram antropólogos, aqueles de Foster foram os economistas e sociólogos, que contribuíram na elaboração dos planos de desenvolvimento. Quando lemos autores brasileiros do período, diretamente referidos à questão do desenvolvimento, tem-se, entretanto,

uma argumentação distinta daquela de Foster. Com o economista Celso Furtado, na SUDENE, articulado com o sociólogo Chico de Oliveira, no GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), consolida-se uma visão crítica. Há divergências na definição das políticas governamentais em pauta. A este tempo os antropólogos brasileiros, por sua vez, mantinham-se nos museus (Museu Nacional, Museu Goeldi, Museu do Índio), como Castro Faria e Eduardo Galvão, ou no SPI, como Darcy Ribeiro e depois Roberto Cardoso de Oliveira, ou ainda nas agências de educação (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais) como Darcy Ribeiro. Esta divisão do trabalho intelectual e político foi recolocada com a criação efetiva da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em 1955, que dispunha os antropólogos como aspirantes a constituírem-se em força na vida social. Esta forma organizativa foi produto de ações coletivas preliminares. A I Reunião Brasileira de Antropologia ocorrera em 1953 no Museu Nacional. O primeiro presidente foi Luiz de Castro Faria, que desde 1936 trabalhava neste Museu. As atenções voltaram-se a partir daí para a formação profissional e os cursos de especialização em antropologia. O primeiro curso foi realizado no Museu do Índio, em 1955, com Darcy Ribeiro e Castro Faria, e após 1960 no Museu Nacional, com Castro Faria e Roberto Cardoso de Oliveira. O ápice desta tendência foram os projetos de pesquisa implementados no Museu Nacional por Roberto Cardoso, que levaram à criação do PPGAS do Museu Nacional, em 1968, quatro anos após a repressão que levou à desestruturação do Departamento de Antropologia da UnB pela ditadura militar⁸. A antropologia no Brasil só incorpora pedagógica e criticamente Foster a partir de 1972 com o curso “Sociedades Camponesas” ministrado no Museu Nacional por Moacir Palmeira e Otávio Velho, discutindo o conceito de camponês, as modalidades de contrato diádico e a suposta passividade das comunidades camponesas face às mudanças sociais.

"Antropologia engajada" - anthropological engagement

Nos anos 60 a ação militar norte-americana se intensificou no Sudeste Asiático e na América Latina, refletindo na vida intelectual. Pode-se destacar, neste sentido, o chamado Projeto Camelot, que foi concebido em 1963 por oficiais militares do Army's Office of Research and Development, e consistia numa tentativa do Departamento de Estado dos EUA de colocar antropólogos a seu serviço para que fornecessem informações sobre os povos, comunidades ou grupos, identificando ações de “breakdown of society” ou de “actions that might forestall breakdown”; para que os órgãos de segurança pudessem traçar seus estratégias. Estes serviços, cujos planos foram detalhados pelo American University's Special Operations Research Office (SORO) e financiados por fundos militares, começaram pelo Chile e por países de outras regiões selecionadas, tais como: “Middle East, the Far East, Western Europe and Africa”. Antropólogos, sociólogos e filósofos denunciaram veementemente tal Projeto, como uma forma de “colonialismo científico”, e mobilizaram forças políticas, forçando o seu encerramento em 1965, como afirma Robert Nisbet em seu artigo “Project Camelot: an autopsy”.

A chamada “antropologia da ação” avançou por esta década de 1960-70 até ser redimensionada na sua segunda metade pelas posições críticas face às políticas governamentais, que envolviam acadêmicos no Projeto Camelot, e à ação das tropas norte-americanas na Guerra do

8 Para maiores informações consulte Salmeron (2007).

Vietnam, explicitadas por David e Kathleen G. Aberle, no encontro de “Fellows of the American Anthropological Association”, realizado em Pittsburg, em novembro de 1966, e por Gerald Berreman em vários outros eventos universitários. Berreman, em dezembro de 1968, em seu artigo “Is Anthropology Alive? Social responsibility in social anthropology”, publicado *in Current Anthropology*, avança na argumentação, asseverando que para os antropólogos é fundamental um discernimento no exercício profissional, ou seja, a responsabilidade social encontra-se vinculada à responsabilidade científica. Sua nota epigráfica anuncia um princípio “novo” da denominada “contrainsurgência”, que irá contribuir para redefinir a representação senso comum do antropólogo, como poderemos ver:

“The old formula for successful counterinsurgency used to be 10 troops for every guerrilla”, one American specialist (in Thailand) remarked. “Now the formula is ten anthropologists for each guerrilla” (BRAESTRUD, 1967).

Refutando o conservantismo do poder repressor Berreman assevera que não se pode dissociar a responsabilidade social da científica. A disjunção é uma posição conservadora derivada da suposição de neutralidade da ciência. Trata-se de um período em que as sucessivas mobilizações nas universidades norte-americanas e nas ruas possibilitam debates intensos que levam a um uso crítico e controverso da expressão *anthropological engagement*. A idéia de “engajamento” era usada num duplo sentido: de um lado a contestação e de outro era utilizada pelos órgãos governamentais para recrutar antropólogos que executassem as medidas implementadas a partir das políticas oficiais⁹. A dubiedade dos significados, muitas vezes indizível, torna-se revelada através de uma leitura crítica do termo “engajamento”. Um obstáculo difícil de ser superado, entretanto, é que a antropologia mostra-se dividida, por uma fratura política, cujos limites nem sempre são nítidos. Sem contornos bem delineados e transparentemente identificados este campo de significação se torna irrepresentável ou quase impossível de ser mapeado. Convido-os, portanto, ao pensamento crítico e ao discernimento na elaboração do mapa das posições, considerando que a ambigüidade é produzida pelas disputas internas no campo da produção intelectual e científica. Só que desta feita, mediante os protestos à Guerra do Vietnam nas universidades, a *American Anthropological Association* assume uma posição favorável a quem se manifestou por uma ação mais incisiva e crítica dos antropólogos em tempos de guerra na recusa de colocar a antropologia a serviço do Estado. Quanto a momentos anteriores, notadamente com respeito à Segunda Guerra, ainda havia o argumento de que eram forças democráticas se opondo aos impérios e às ditaduras nazistas e fascistas. Na Guerra do Vietnam estava em questão uma ação bélica genocida circunstanciada e que dava continuidade às guerras colonialistas. Não houve senões.

De 1970 até 1993, ano da fala do professor Laraia e ano em que a diretoria da ABA encontrava-se nas mãos de antropólogos de três universidades federais da Região Sul, isto é,

9 Deixa transparecer isto o próprio título do Relatório Final da AAA, produzido por uma Comissão de antropólogos designados para estudar a relação entre o campo da antropologia e os recentes programas dos órgãos de segurança e informação: “AAA Commission on the Engagement of Anthropology with the US Security and Intelligence Communities. Final Report, November 4, 2007 . Commission Members: James Peacock (Chair), Robert Albro, Carolyn Fluehr-Lobban, Kerry Fosher, Laura McNamara, Monica Heller, George Marcus, David Price, and Alan Goodman (ex officio).”

Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, os problemas se intensificaram, sobretudo nos procedimentos adotados pelos antropólogos em seus trabalhos de pesquisa. Em contrapartida, no plano teórico, ocorreram profundas transformações de natureza conceitual. A expressão “nova etnicidade” surgiu com traços fortes, que não se dissiparam facilmente à contra-argumentação conservadora, em reuniões da *American Ethnological Society (AES)*, sublinhando os procedimentos recém-adotados. Sua consolidação vem com duas publicações da AES, editadas respectivamente por John W. Bennett e David Maybury-Lewis (editor and Symposium Organizer) e Stuart Plattner (Proceedings Editor), quais sejam: *The New Ethnicity-Perspectives from Ethnology-1973, Proceedings of the AES* e, nove anos depois, *The prospects for plural societies-1982, Proceedings of the AES*¹⁰. Mediante novas formas organizativas tem-se um significado de etnicidade como estratégia de mobilização, como expressão político-organizacional articulada com um processo de autoatribuição objetivada em movimento social, reforçando as reivindicações das mobilizações étnicas face ao Estado e reforçando a consolidação de identidades coletivas.

Ao tempo destes dois **Proceedings**, com o Brasil sob regime ditatorial e ações repressivas sobre as universidades, a própria Associação Brasileira de Antropologia (ABA) se sentiu pressionada a se manifestar mais incisivamente em inúmeras situações. Isso se acentuou de modo expressivo a partir de 1978, com a eleição de Castro Faria para a presidência da ABA e com as mobilizações da entidade em defesa de antropólogos, cujas atividades eram objeto de inquéritos e de perseguições policiais.

A ação dos antropólogos brasileiros converge para um período de transição democrática de 1985 a 1987, quando inúmeros antropólogos se colocaram em cargos de decisão em ministérios e autarquias (MIRAD, INCRA, FUNAI) tanto contribuindo para redefinir as medidas adotadas no período ditatorial para os povos indígenas e para os trabalhadores rurais, quanto implementando ações transformadoras nas universidades e participando ativamente das discussões no âmbito da Constituinte.

A Constituição de 1988 tornou-se um marco a partir de vários pontos de vista, porque coloca o pluralismo jurídico em pauta. Juridicamente se instituem condições para que determinados povos e comunidades possam se expressar de uma maneira mais direta, com apoio legal. Certamente que há uma distinção face a esse “novo constitucionalismo sul americano”, que articula concomitantemente vários ordenamentos jurídicos, sobretudo na Bolívia e no Equador, colocando inclusive a natureza como sujeito. Tal constitucionalismo leva em conta esses direitos relativos à natureza, considerando a natureza um sujeito de direito. A constituição equatoriana dispõe isto e a boliviana também. A Constituição brasileira de 1988 amplia as condições de cidadania e traz outros sujeitos para a ação cidadã. O artigo 231 recoloca os povos indígenas na cena política de uma maneira muito destacada. Foi derrotado o instituto das terras imemoriais e vige o instituto das terras tradicionalmente ocupadas. A noção de “tradicional”, não está atrelada a um tempo linear e foi colocada como avanço e não como atraso. Em outras palavras, ela aponta para as possibilidades do futuro e não para o passado, segundo uma visão positiva inclusive na observância de direitos territoriais dos denominados “povos e comunidades tradicionais” e na construção social de territorialidades específicas. Através do artigo 68 do ADCT emergem as

10 Para um aprofundamento do significado de “nova etnicidade” importa mencionar o seguinte: no *1982 Proceedings* tem-se artigos de Fredrik Barth, Leo A. Despres (que também apresenta um artigo no *1973 Proceedings*) e Roberto Cardoso de Oliveira.

comunidades de quilombo, que estavam totalmente ofuscadas, como se a figura dos quilombos tivesse acabado com o ato de abolição da escravatura. Essa Lei da abolição é uma lei que tem um único artigo, apenas um e nada diz sobre os direitos de quem foi escravo. A partir destes fundamentos constitucionais, esses povos todos, contemplados inclusive teoricamente pela “new ethnicity” - indígenas, quilombolas, ciganos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, faxinalenses, ilhéus, comunidades de fundos de pasto e outros, relativos a comunidades tradicionais, - passaram à mobilização por direitos territoriais, de maneira mais sistemática, construindo suas identidades coletivas e suas territorialidades específicas. O processo político-organizativo que possibilitou as mobilizações pelos direitos territoriais consolidou a emergência destas “novas etnias”, com critérios que não são primordialistas e nada tem a ver com as políticas neoliberais, que reavivaram uma visão essencialista de raça, gênero e sexo para delimitar “minorias”. Esta ruptura com os processos de essencialização e seus efeitos dispõe as associações científicas em confronto radical com o neoliberalismo ao mesmo tempo em que as mobilizações étnicas ganham novos significados com a emergência de categorias de autodefinição, que expressam identidades coletivas até então não contempladas plenamente em seus direitos políticos.

Em 1991-92, após o Consenso de Washington, as políticas neoliberais de “proteção da natureza” recolocaram a relevância do fator ecológico, que estava ausente dos centros de poder desde os anos 1920-30 com o *approach* ecológico a partir da Universidade de Chicago. Os antropólogos, seja nos EUA ou no Brasil, se colocaram no cerne da discussão destas políticas ambientais, dando-lhes primazia e travando uma luta em torno da implantação de unidades de preservação e respondendo às demandas de produção de laudos e de “estudos de impacto ambiental”. De igual modo, com as abordagens inspiradas nos *Proceedings* da AES, os antropólogos se dispuseram criticamente com seus critérios de competência e saber face às políticas de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos. Os fatores étnicos foram igualmente dispostos à cena política, impelindo os antropólogos a produzirem perícias, laudos e pareceres, do mesmo modo que já produziam relatórios de identificação no âmbito da ação indigenistas.

Com base em situações concretas e discutindo a prática antropológica o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, em sua intervenção no “Simpósio Especial sobre Antropologia e Ética”, realizado no dia 27 de julho de 2002, na 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Gramado (RS), reclassifica a “antropologia da ação” nos seguintes termos:

“Por este termo (prática) quero me referir a uma modalidade de “*antropologia da ação*”, conforme a definição dada por Sol Tax em 1952, como sendo bem diferente da tão criticada à época “*antropologia aplicada*” – esta última solidária de um praticismo inaceitável, por quem pretenda basear a disciplina em sólido amparo teórico. Porém, quando evoco a “antropologia da ação” como diferente da antropologia aplicada – cuja história sempre esteve associada ao colonialismo -, não é para fustigar a vocação intervencionista da disciplina, mas apenas para sublinhar o caráter de sua atuação na prática social (entendida também como práxis), ou ainda, se quiser, o seu agir no mundo moral” (CARDOSO, 2002).

Cardoso coloca-se numa posição crítica, mesmo quando aceita a “antropologia da ação”

de Tax em oposição à “antropologia aplicada”. Para ele a visão de Tax carece de reflexividade num momento em que “a antropologia passou a ser eminentemente reflexiva” (CARDOSO, *ibid.*). A virada do século assinala uma posição crítica e autonomista dos antropólogos, num outro plano de intervenção, para além da oposição entre “antropologia da ação” e “antropologia em ação” ou “antropologia aplicada”, passando a levar em conta a abordagem reflexiva e os seus efeitos sobre as práticas de pesquisa antropológica. Trata-se de um quadro radicalmente distinto daquele do processo de descolonização pós-II Guerra e que exige esquemas interpretativos muito rigorosos para sua compreensão, como tentarei descrever adiante.

"Cowboy anthropology"

Na primeira década e meia do século XXI tem-se novos capítulos de guerras localizadas, sucessivas, produzindo demandas concretas para os antropólogos e exercendo forte pressão sobre a antropologia, enquanto fundada na autonomia científica. Esta pressão é mais recente, ocorre entre 2002 e 2009, com o fracasso das políticas neoliberais e a intensificação das guerras localizadas, levando à elaboração de um manual em que os militares norte-americanos buscam se apropriar de teorias antropológicas para redefinir o trabalho de campo dos próprios antropólogos. Com este manual denominado *Counterinsurgency Field Manual* as forças militares procuram se munir de dados sobre povos e comunidades “locais” em suas áreas de operação de guerra, notadamente no Oriente Médio e no Afeganistão, focalizando culturas, instituições, narrativas míticas, sistemas de autoridade e poder, redes sociais, símbolos, categorias de pensamento, tabus e normas. Para tanto a inteligência militar tem contratado antropólogos e os enviado para o teatro de operações, gerando discussões nas associações científicas e em especial na A.A.A. Há uma coletânea datada de 2009, organizada por antropólogos da *Network of Concerned Anthropologist*, que privilegia esta discussão e refuta as instruções oficiais. Tal coletânea intitulada *The Counter-Counterinsurgency Manual or, Notes on demilitarizing American Society*, contém prefácio de Marshall Sahlins e textos de David Price, Roberto Gonzáles, Hugh Gusterson, Catherine Lutz e Andrew Bickford dentre outros. Os autores criticam as demandas colocadas oficialmente aos antropólogos a partir das guerras do Iraque e do Afeganistão, e recusam as instruções oficiais. O próprio David H. Price produzira um ano antes, em 2008, um livro intitulado *Anthropological Intelligence. The deployment and neglect of American Anthropology in the second world war*, analisando os efeitos da contribuição dos antropólogos, com seu conhecimento profissional, para as estratégias militares e de “inteligência” de sua nação em guerra. Remete a situações em que o trabalho de campo de etnógrafos ocorre à sombra das guerras e relaciona os antropólogos com o que ele denomina de “White House War Projects”. No momento atual ter-se-ia um desdobramento desta relação. Do ponto de vista do governo norte americano, o uso oficial de antropólogos com o objetivo de compreender as “culturas locais” e oferecer soluções para a resolução dos problemas bélicos, começou a ser intensivamente acionado. Assim foi instituído em 2007, o chamado *Human Terrain System (HTS)*- Sistema de Terreno Humano¹¹ que preconiza a incorpo-

11 “Terreno Humano” é a expressão utilizada no jargão militar para se referir à população da zona onde existe um conflito. Segundo L.G. Montero: “A origem do projeto se encontra em artigo publicado em 2005 no *Military Review*, a revista acadêmica do Exército americano, como uma solução para o fosso cultural que enfrentava o mesmo em sua invasão do Iraque e do Afeganistão. Em 2007, foi colocado em funcionamento de forma provisó-

ração de antropólogos nos esforços de guerra consoante duas maneiras: i) os manuais militares passam a incorporar conceitos antropológicos e ii) as instituições militares passam a incorporar efetivamente antropólogos nas suas ações bélicas. As tropas de combate passam a utilizá-los, de maneira direta, no próprio cenário das batalhas, seja em aldeias de zonas remotas, em vilarejos ou em metrópoles conflagradas. A antropologia passa a ser utilizada operacionalmente como um conhecimento de guerra.

Passarei, em seguida, à leitura de uma ocorrência de conflito, envolvendo antropólogos, que foi amplamente divulgada no decorrer de 2009 em vários periódicos brasileiros e também em jornais europeus. Diz respeito à implementação desse *Human Terrain System* ou aos seus aspectos operacionais. A própria expressão “terreno humano”, sugere uma metáfora geológica das relações sociais, e permite perceber um indício “naturalizante” de como está sendo pensada a atividade antropológica. É possível observar como essas tropas, que são aerotransportadas para os teatros de operações, incorporam equipes de antropólogos. A coletânea, *Counterinsurgency Field Manual*, antes mencionada, bem descrita e elaborada, registra isto. Além de evidenciar a mobilização de antropólogos contra tal “sistema”, consiste numa contribuição ao governo Obama, para refletir com acuidade sobre as implicações colonialistas de se ter um conhecimento sobre as “culturas locais” e “comunidades tradicionais” para exercer sobre elas uma completa dominação, inclusive do ponto de vista militar. Ao contrário da dominação colonial, do século XIX e da primeira metade do século XX, não se fala de “nativo”, mas de “local”, num geografismo que, em certa medida, reflete um vocabulário de guerra. Aliás, citam o “soldo” desses antropólogos, ou seja, vencimentos militares correspondentes a 400 mil dólares por ano. O livro informa ainda que nestas guerras foram enviadas 6 (seis) equipes de antropólogos para o Afeganistão e 21 (vinte e uma) equipes ao Iraque. No campo de batalha, os antropólogos, mesmo se acadêmicos e civis, usam uniforme militar e funcionam em grupos de cinco, integrando unidades de combate. Durante as ações de patrulhamento pelas ruas eles analisam construções, plantas baixas, sistemas de subsistência e de trocas entre moradores, mapeiam lugares de maior interação social, entrevistam moradores e vasculham latas de lixo para destrinchar os costumes da “sociedade local”. Perscrutam tanto sistemas produtivos, quanto a esfera da circulação, integrando ações de patrulhamento e vigilância, que se tornam um absurdo sucedâneo do trabalho de campo. Houve, aliás, uma ocorrência extrema, num destes patrulhamentos, que levou a *American Anthropological Association* a abrir um processo interno de apuração dos fatos e de investigação pormenorizada.

Passo a narrar esta ocorrência, numa versão livre, com todas as limitações de textos elaborados sobre matérias jornalísticas não-assinadas. Ei-la: uma equipe de antropólogos, no Afeganistão, chega a uma vila controlada pelo Talibã. Uma integrante desta equipe, a antropóloga chamada Paula Loyd, desenvolveu uma teoria de que o controle dos Talibãs sobre as redes de relações sociais se dá através da circulação, isto é, do fornecimento do óleo de cozinha. Para ela os Talibãs monopolizavam o controle da distribuição do óleo de cozinha, e com isso eles tinham acesso a todas as casas. Através do controle do óleo de cozinha eles entravam em todas as unidades residenciais, movimentando regularmente uma rede de pequenos comerciantes. Eles consolidariam assim extensas redes de relações sociais como forma de resistência às tropas nor-

ria com um orçamento anual de 10 milhões de dólares e em 2011 o HTS chegou a receber 150 milhões para sua manutenção.” Este programa militar foi encerrado em junho de 2015. Para outras informações consulte Montero (2015).

te-americanas. A antropóloga busca identificar a forma de resistência pelo tipo de controle da distribuição do óleo de cozinha. Ela estava cada vez mais segura de que estava estabelecendo uma correlação rigorosa entre duas variáveis básicas e formulando uma teoria muito precisa, capaz de revelar os fundamentos que mobilizam as redes de resistência. Quanto maior o controle do Talibã, menos o óleo chegava àquela aldeia porque, segundo a antropóloga, eles o monopolizavam e distribuíam a conta-gotas numa operação marcada pelo uso cauteloso, que evita desperdícios, bem característica de uma economia de guerra. O preço, então, ficava sob o controle deles, subia ou descia segundo seus desígnios. Ao fazer parte desta patrulha, com outros colegas antropólogos, ela chega à mencionada vila, percorre-a e, dispondo de uma escolta armada¹², decide fazer uma entrevista com um afegão da aldeia que comercializa o óleo de cozinha. Ele está lá mexendo o óleo, quando ela se aproxima, iniciando a entrevista e abordando questões sobre a composição do preço e a modalidade de uso social daquele óleo de cozinha. O entrevistado segurava um balde, que continha uma substância mais ou menos visguenta e derramava-a num caldeirão, que ia mexendo, enquanto ela o entrevistava. Este comerciante afegão sempre se mostrou muito afável com ela, tal como narrado posteriormente pelos membros da patrulha. Ela entrevistava-o, como já fizera com outros pequenos comerciantes, e montava sua base de dados a partir de perguntas – “quem te vendeu o óleo, onde você o obteve, para quem você o entregou etc” – e com as respostas ia se certificando de suas hipóteses. Terminada a entrevista ela agradeceu. O entrevistado também lhe agradeceu pela entrevista que, conforme já havíamos dito, estava sendo feita com vigilância armada. Ela dá-lhe as costas e se põe a caminhar juntamente com os demais integrantes da patrulha. O comerciante afegão, meio a vapores, pega um balde com a substância gordurosa e efervescente que ele estava mexendo e, num movimento rápido, derrama sobre ela o óleo incandescente, jogando também um fogo sobre seu corpo besuntado. Num átimo de segundo ela se incendeia como uma tocha e morre. O antropólogo que estava ao seu lado saca rápido a pistola e dá um tiro na cabeça do entrevistado, antes mesmo que a escolta o fizesse.

A tragicidade desta narrativa que retrata o antropólogo como um personagem resoluto, destemido, crédulo ao dar as costas ao perigo, rápido no gatilho e heróico, como as figuras de *pulp fictions* ou das revistas populares destinadas a um público amplo e difuso, cujos personagens enfrentam inimigos frios, inumanos, sem emoção e covardes, que não encaram seus adversários frontalmente e que parecem saídos de um bestiário, tamanha a barbárie e a violência de seus atos traiçoeiros; mais sugere um capítulo de literatura de horror. Como pano de fundo “o mito internacional do caubói norte-americano”, como nos diz Hobsbawm em seu livro *Tempos Fraturados. Cultura e Sociedade no Século XX*. A invenção da tradição do caubói permeia formas literárias ou sublitterárias e cinematográficas, mas se torna também um instrumento de poder vulgarizado em

12 Esta prática de realizar pesquisa com escolta armada foi bastante criticada por Bourdieu, uma década antes, em janeiro de 1998. No primeiro volume de *Contrafogos*, escreveu um artigo intitulado “O intelectual negativo”, criticando duramente Bernard-Henri Lévy por esta relação de pesquisa, sob o ditame policial, cujos resultados foram apresentados em dois artigos publicados no *Le Monde*. Tais resultados foram obtidos a partir de viagem programada à Argélia por Lévy, sob escolta e protegido pelo Exército argelino realizando entrevistas e observações relativas a massacres. Nos termos de Bourdieu: “O intelectual negativo cumpriu sua missão: quem dirá que é solidário de estripadores, dos estupradores e dos assassinos – principalmente quando se trata de gente que é chamada, sem outra consideração histórica, de “loucos do Islã”, envolvidos sob o rótulo infame de islamismo, resumo de todos os fanatismos orientais, feito para dar ao desprezo racista o álibi indiscutível da legitimidade ética e leiga?” (BOURDIEU, 1998:132-134).

situações de guerra. Dizendo isto aproveito para ler para vocês uma das variantes deste mito de que nos fala Hobsbawm:

“Mas o caubói também representava um ideal mais perigoso: a defesa do americano nativo, branco, anglo-saxão, protestante contra os milhões de imigrantes intrusos de raças inferiores. Vem daí o tranqüilo abandono dos elementos mexicanos, indígenas e negros, que ainda aparecem nos westerns não ideológicos originais – por exemplo, no show de Buffalo Bill. É nesta altura e dessa maneira que o caubói se torna o ariano esbelto e alto. Noutras palavras, **a inventada tradição do caubói é parte da ascensão tanto da segregação como do racismo anti-imigrante; esse é um legado perigoso.** O caubói ariano não é, está claro, inteiramente mítico” (HOBBSBAWM, 2013:322) (g.n.).

Está-se diante de novas tradições do caubói e uma delas parece ser esta cuja invenção, num momento de guerra com os “outros” de além-mar e fronteiras, que já não são indígenas, nem mexicanas, traz à tona, de maneira oficial, antropólogos, não apenas como autores, que traduzem os códigos do exotismo dos inimigos, mas como atores, ou seja, como agentes que executam *in loco* ações belicistas, atingindo “árabes”, “afegãos”, “pathan” e “balúchi” dentre outros, e sofrem “destemidamente” seus efeitos.

Mediante esta ordem de fatos e suas repercussões na vida social a *American Anthropological Association* instituiu uma comissão para examiná-los e publicou um comunicado, declarando seu “total rechaço” ao HTS por considerar que ele implicava numa flagrante violação do código de ética da AAA e se tratava de “uma aplicação inaceitável da prática antropológica”.

Por onde anda a antropologia agora e em que consiste o trabalho do antropólogo, notadamente o trabalho de campo, face às “novas demandas”? Nas sociedades coloniais as demandas seriam para os antropólogos como autores, intérpretes do “mundo natural” e desconhecido – os antropólogos como “naturalistas e viajantes” -, e na sociedade contemporânea as demandas seriam para os antropólogos também como atores, agentes de ação direta, numa luta ideal, mas quase corporal, com os “intelectuais específicos” de Foucault materializados pelas sucessivas guerras. Este ritual de instituição parece recolocado com uma força oficiosa bastante grande, abrindo um vasto repertório de indagações, quer dizer, em que ponto o trabalho dos antropólogos está ajudando numa “reconstrução social” ou até que ponto ele está contribuindo para uma destruição mais completa dessas formas de organização tradicionais e pré-existentes à ação militar?

Os contornos desta discussão marcam um tempo de mobilizações dos antropólogos norte-americanos contrárias à subordinação da antropologia ao Estado e ao uso militar da pesquisa antropológica de uma maneira mais incisiva do que durante a II Guerra Mundial com a “antropologia em ação” da *War Relocation Authority*. Assim, a “*engaged anthropology*” volta a se constituir num dos temas da ordem do dia do campo da produção antropológica. Charles Hale, em 2008, irá refletir sobre teoria e métodos das “engaging contradictions”, dando continuidade ao seu artigo de dois anos antes “Activist research v. cultural critique: indigenous land rights and the contradictions of politically engaged anthropology” que foi publicado in *Cultural Anthropology*, n.21. Outros autores como S. M. Low e S. E. Merry também insistem no tema abordando os

desafios colocados aos antropólogos in “Engaged anthropology: diversity and dilemmas: na introduction to supllement 2” in *Current Anthropology* 51(suppl.), 2010, evidenciando o tema como na ordem do dia do campo da antropologia.

Para além de debates acadêmicos estas oposições alcançaram também as práticas de antropólogos e seus postos em instâncias de consagração. Em fevereiro de 2013 o antropólogo Marshall Sahlins, da Universidade de Chicago, renunciou à sua condição de membro da Academia Nacional de Ciências (*National Academy of Sciences-NAS*), para a qual fora eleito em 1991, argumentando ter “graves objeções à eleição de Napoleon Chagnon e aos projetos de pesquisa militar que a Academia endossa”. Chagnon foi conduzido a um dos prestigiosos assentos da Seção 51-Antropologia da NAS, provocando críticas de muitíssimos antropólogos, como Marvin Harris, cuja abordagem teórica é radicalmente oposta àquela de Sahlins, e Jon Marks. Antropólogos, das mais diferentes abordagens e “escolas de pensamento”, se aproximam ao fazer objeções ao trabalho sociobiológico de Chagnon e às iniciativas de “militarização da antropologia”.

Segundo David Price há dois novos projetos do Instituto de Pesquisa do Exército – “The Context of Military Environments: Social and Organizational Factors” (O contexto de ambientes militares: fatores sociais e organizacionais) e “Measuring Human Capabilities: Performance Potential of Individuals and Collectives” (Avaliação de capacidades humanas: potencial de desempenho de indivíduos e coletividades) – e eles merecem uma reflexão mais detida pela Academia Nacional de Ciências, que contribui juntamente com o Conselho Nacional de Pesquisa para a pauta anual de projetos de pesquisas. Desta maneira, de acordo com Price:

“Quem leia os anúncios dos novos projetos, vê logo que os militares estão buscando a ajuda de cientistas sociais e da engenharia social, para capacitar unidades intercambiáveis de pessoas para trabalhar em projetos militares, sem ter problemas de interface. Essa parece ser cada vez mais a função que os americanos veem para os antropólogos e outros cientistas sociais: facilitadores das operações militares” (David Price, “The destruction of conscience in the NAS. An interview with Marshall Sahlins.”, *Counterpunch* 26/02/2013)¹³.

Os chamados “protocolos” etnográficos dos que propugnam burocraticamente a militarização do conhecimento antropológico consistem em “instruções de pesquisa”, inspiradas nos manuais de antropologia mais acríticos e superficiais. Eles, em verdade, mediante os ditames acadêmicos de cientificidade, desautorizam os antropólogos, agravando problemas concernentes à “autoridade etnográfica”, ao proporem uma descrição aplicada aos interesses geopolíticos e uma conceituação estrita de “segurança”, como se os antropólogos devessem estar sempre a serviço do Estado.

Antropólogos e o gabinete de segurança institucional

No caso brasileiro não há uma guerra em curso, nem o País encontra-se empenhado em

13 Cf. www.counterpunch.org/2013/02/26

qualquer “guerra externa”. O envio de tropas militares para o Haiti, como ajuda humanitária e “pacificação”, simultaneamente ao trabalho de antropólogos brasileiros lá, remete a outra discussão¹⁴. Não sei exatamente como é que seria esta discussão, que não foi trazida para a ABA, para uma discussão mais ampla, e nem sei se o será. Restrinjo-me, pois, à simples menção. Não pretendo deter-me aqui na concomitância do movimento de tropas militares e da realização concomitante de pesquisa antropológica em “terras estrangeiras”. A coetaneidade destes fatos assinala obstáculos contingencialmente intransponíveis ou que exigem um tempo mais detido de reflexão, transcendendo aos contornos deste artigo. Narrarei, portanto, um episódio recente, que envolve a ABA e permite uma reflexão mais abrangente. Ei-la: participei, não me recordo com exatidão a data, se em 2008 ou 2009, de uma reunião, em Brasília, no Gabinete de Segurança Institucional a convite da ABA. Duas antropólogas, conhecidas pelo acuro de seus trabalhos de pesquisa, foram, não sei se o termo seria convocadas, intimadas, convidadas ou instadas a comparecer ao Gabinete de Segurança Institucional, que é um gabinete controlado por militares, para responder a perguntas sobre laudos relativos às comunidades remanescentes de quilombo. Acompanharam-nas e participaram também da reunião a presidência da ABA e dois antropólogos, sendo eu um deles. Toda a discussão foi travada, em torno de uma longa mesa oval, em cuja cabeceira principal dirigia as indagações e comentários um oficial militar, designado pelos demais como “comandante”. Tudo girava em torno da autoridade etnográfica, isto é, para as modalidades de descrição executadas pelos antropólogos, que refletiriam diretamente nos laudos, ora examinados pelos técnicos do referido Gabinete. Quem assistisse poderia supor que aos antropólogos que acreditam que o que está em crise é a “maneira de descrever” parecia se opor uma outra percepção, que afirma que o que está em crise é a autoridade de quem descreve. Para além desta divergência há um debate interno ao campo da antropologia em que o repto à autoridade etnográfica tem sido freqüente e justifica a necessidade de “novas formas de descrição” ou de uma “nova descrição” para rebater as pressões oficiais. Na mesa daquele Gabinete tratava-se, de fato, de uma pressão exógena a uma associação científica, a ABA. Os técnicos do citado Gabinete, com formação em ciência do direito, sob o compasso da chefia militar apontaram supostas incongruências em vários laudos antropológicos, como se eles detivessem a autoridade científica de indagar sobre as inconsistências do trabalho dos antropólogos e de apontar imprecisões e erros. A maneira, segundo a qual eles se colocaram, comentando acidamente os textos, como se contivessem erros elementares, foi muito contundente. Tudo incidia sobre as comunidades se autorepresentarem como comunidades remanescentes de quilombo. Todo o objeto daquela discussão remetia para as partes dos laudos referentes a tal afirmação e à reivindicação de direitos territoriais. Tratava-se de um alinhamento que no fundo questionava de fato os fundamentos legais. Ora, existe um decreto, o nº 4.887 de 2003, que é aplicado de maneira tímida, como tem sido timidamente aplicada a Convenção 169 da OIT, resultando num número inexpressivo de titulações mediante as terras reivindicadas pelos movimentos quilombolas. A despeito desta inocuidade constata-se que forças conservadoras querem revogar o decreto, como se fosse inconstitucional e há proposições no legislativo no sentido de anular a ratificação da Convenção 169 ou de simplesmente não confirmá-la, uma vez passada a primeira década de sua ratificação. Mediante esta pressão não era absurdo supor que o Gabinete constituía um dos impasses na filtragem para reter os processos de

14 Consulte Pacheco de Oliveira (2016).

titulação das comunidades remanescentes de quilombos. Há um grande número de laudos que estavam sendo examinados neste Gabinete. Os militares e os técnicos, seus subordinados diretos, nos apontavam que laudos apresentavam inconsistências e cientificamente nós retrucávamos que não poderíamos aceitar este tipo de ingerência ilegítima, absolutamente burocrática e autoritária, num domínio de conhecimento que é regido por normas científicas historicamente assentadas. Estávamos, pois, diante de uma situação paradoxal: autoridades governamentais, com formação e cargos militares, chefiavam seus assessores, argüindo à toda prova os antropólogos sobre o conteúdo de suas próprias pesquisas. Mas nossa maior surpresa é que não havia só militares e bacharéis em direito na equipe que estava argüindo ou tentando desautorizar antropólogos. Os militares haviam recrutado não apenas advogados como assessores, mas também um antropólogo, doutor em antropologia. Então todos eles direta ou indiretamente nos argüiam também. Com a presença do antropólogo que, aliás, não se manifestou na grande mesa em torno da qual ocorria a discussão, havia um nítido propósito do Gabinete de nivelar as argumentações contrapondo as mesmas formações acadêmicas. De nosso ponto de vista, ao contrário, é como se o nosso campo de debate já estivesse em outro plano. Não seria mais aquele debate da sala de aula, do banco escolar, do departamento de pós-graduação ou dos eventos acadêmicos, não! Era um debate dentro de uma instituição militarizada que envolvia, inclusive, antropólogos em lados opostos. Este dado não é fortuito nem casual, e nos obriga a uma séria reflexão sobre o significado de uma simulação de “reunião entre pares” ou de um pseudo nivelamento na discussão do processo de produção antropológica. Não escrevi nada sobre isto. Estou narrando uma situação de certa perplexidade sobre a qual eu nunca escrevi nada. Não sei se algum outro antropólogo que estava presente o fez. Não creio que tenham escrito, porque os acontecimentos são ainda recentes e as explicações sobre fatos coetâneos são bastante difíceis. Mas posso afirmar que me incomodou muito ver que a nossa autoridade científica pode ser questionada num domínio de saber que nós é que detemos o conhecimento aprofundado dos conceitos e métodos, das práticas e das interpretações. Como aceitar que tais autoridades nos indaguem, de modo incisivo, sobre a maneira como foi produzido o trabalho de campo, como foram obtidas as informações e como elas foram analisadas e porque chegamos a tal conclusão? Como defrontar com insinuações de “parcialidade” e de ação política deliberada, como se o trabalho antropológico fosse regido por uma “mesa de conciliação”, por uma “harmonia coercitiva” ou por uma “arbitragem” consultando as “partes envolvidas”? Havia uma sensação de desconforto, cada vez que a advogada alegava autoritariamente um uso incorreto de conceito ou uma conclusão açodada. Ora, não se trata exatamente de um mero clima de tensão, mas de uma situação de subordinação explícita da ciência ao Estado e de cerceamento da autonomia que a antropologia possui enquanto ciência, enquanto disciplina autônoma com conceitos próprios e com métodos intrínsecos, que permitem uma análise absolutamente distinta daquela de outros domínios do conhecimento e mesmo daquela ação “investigativa” e oficial¹⁵.

15 Foi impossível não recordar, ao escrever isto, o livro de Luc Boltanski intitulado *Enigmas y complots. Uma investigación sobre las investigaciones*. Buenos Aires. Fondo de Cultura Economica. 2016. Numa similitude com as reflexões de Boltanski a situação sugeria um capítulo de novelas policiais, com Sherlock Holmes, o qual através de enigmas coloca em questão a ordem aparente dos fatos para desvendar um delito. Foi impossível igualmente não lembrar-me, a cada vez que não entendia o sentido das observações da advogada e sabendo que tinham um tom acusatório, de *O Processo*, de Franz Kafka.

O professor Roque, como pontuei no início deste texto, nos alertava sobre a complexidade crescente das “novas demandas” e esta advertência parece ter se materializado nesta reunião do Gabinete por meio de uma bateria de perguntas: São estas as demandas do presente para os antropólogos, que são levados a elaborar “perícias”, “laudos”, “pareceres” e gêneros textuais similares? Elas implicam em dobrar a cerviz perante os desígnios de instâncias do poder? Como classificar esta modalidade de militarização do conhecimento antropológico? Ela preconiza um monitoramento permanente daquilo que a universidade produz? Aparentemente bastante longínqua a situação norte-americana, só aproximável para efeito de contraste, torna-se elucidativa destes nossos atuais impasses. Daí o esforço de apresentar os elementos contrastantes e polêmicos, que perpassam todos os esquemas interpretativos apresentados no decorrer deste artigo.

"Manuais de antropologia" elaborados para implementar estratégias empresariais

Dentre as “novas demandas” vale mencionar não somente as demandas por parte do Estado, das instituições militares e ambientais, mas também aquelas empresariais. Gostaria de ressaltar uma iniciativa operacional de empresas mineradoras. Elas contrataram cientistas sociais para a elaboração de “manuais” para disciplinar suas relações com comunidades tradicionais atingidas pela implantação de seus empreendimentos. Estes manuais certamente não contém autoria explícita e circulam como se fossem documentos de absoluta objetividade, numa pseudo consonância com os procedimentos internacionalmente adotados pelas associações científicas. Em outras palavras seriam instruções para “domesticar” – um verbo de uso de militares, como o General Couto de Magalhães, e sertanistas desde o último quartel do século XIX - essas comunidades indígenas ou quilombolas que se encontram em situações de conflito aberto com a implantação dos grandes empreendimentos. Esses manuais foram elaborados por quem com toda certeza leu Durkheim, Mauss, Tönnies e por quem fez a crítica a Weber. Então tem-se um produto final singular: um “manual” produzido por cientistas sociais a partir de uma “encomenda” das mineradoras. A antropologia aplicada aqui estaria sendo acionada deste modo. Além desta solicitação de empresas mineradoras, os trabalhos de consultoria começaram a ser demandados por empreendimentos de energia elétrica, de construção civil, de empresas madeireiras, de fábricas de papel e celulose, de petróleo e gás e outras indústrias. Surge deste modo um campo de produção peculiar compreendendo os denominados “diagnósticos”, “levantamentos ligeiros”, “protocolos” e “manuais de instrução” e gêneros textuais similares.

Outro subcampo que se agiganta na antropologia e mantém uma interface com a ciência do direito concerne à questão dos chamados “conhecimentos tradicionais”. As empresas se movimentam em torno de patentes e propriedade intelectual ao contrário dos povos e comunidades que afirmam seus direitos territoriais e, a partir de um detido processo de negociação, enfatizam a repartição de benefício. Tais situações envolvem indústrias farmacêuticas, laboratórios de biotecnologia, indústrias químicas, indústrias de cosméticos e indústrias de sementes. Trata-se de um domínio que mobiliza os antropólogos e que tem como fulcro o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), cujas resoluções estabelecem diretrizes para a obtenção de licença prévia para o acesso a conhecimentos tradicionais. No CGEN ocorre a discussão sobre os me-

canismos de acesso aos recursos genéticos. Como é que se dá o acesso aos recursos genéticos? Como é que se dá a repartição dos benefícios? O Brasil até 2015 era um dos poucos países que não tinha uma lei para disciplinar estas relações. Existia até então apenas uma medida provisória de 2001.0 Projeto de Lei 7.735, de 2014, de autoria do Poder Executivo, tramitou em regime de urgência na Câmara dos Deputados e foi instituído como lei em maio de 2015. Esta tramitação por si só e seus efeitos, favorecendo os interesses empresariais, já mostra como é complexo o trabalho dos antropólogos neste domínio conflitivo e as dificuldades decorrentes para dirimir dúvidas e questionamentos.

Sobre os trabalhos relativos aos EIA-RIMAS, que o professor Roque já mencionava, cabe citar a criação de postos de trabalho no departamento ambiental das empresas e nos setores que tratam das “populações atingidas”. Passam a ser incentivados os intercâmbios de experiências comunitárias e os antropólogos são recrutados para tanto. Por exemplo, uma empresa tal como a Vale, que explora minérios em inúmeras regiões do planeta, promove hoje a vinda ao Brasil de representantes de comunidades de diferentes partes para interagirem com as “comunidades locais” sobre a condição de “atingidos”. Um exemplo mais conhecido concerne a uma comunidade da Nova Caledônia, cujos representantes vieram visitar a Amazônia e as áreas indígenas onde há extração mineral. O intercâmbio de experiências entre comunidades atingidas por grandes projetos parece se dispor como medida essencial das estratégias empresariais. São dramáticas tais experiências de deslocamento massivo de populações quando cotejadas com aquelas da sociedade colonial. Importa lembrar aqui um capítulo da história da antropologia que se refere ao período em que representantes desses povos da mesma Caledônia foram levados para a Europa. Os Kanak foram levados em 1936 para serem exibidos em Paris e depois foram exibidos em Berlim. Apesar de tensões que pudessem existir entre alemães e franceses, eles foram trazidos neste período para serem exibidos em toda a Europa e nos Estados Unidos, evidenciando um mesmo ideal colonialista, não obstante as lutas geopolíticas. E foram exibidos onde? Os jardins botânicos e zoológicos consistiam nos lugares públicos onde ocorriam as exposições. Empresários do entretenimento se encarregavam de tais promoções, remunerando inclusive o trabalho de antropólogos, biólogos e zoólogos. Um caso extremo é este narrado pelo livro *Oto Benga. The pygmy in the zoo*, de P.V. Bradford e Harvey Blume (BRADFORD & BLUME, 1993) que é citado *en passant* no filme¹⁶ “The Curious Case of Benjamin Button” em que ele se encontra rapidamente com Benga, um pigmeu que é levado para uma exposição em St. Louis, nos Estados Unidos, no começo do século XX, para mostrar os costumes de seu povo. A este tempo nas metrópoles um dos maiores entretenimentos públicos era conhecer os povos exóticos, suas danças, rituais e indumentárias. Imperava o folclorismo. Após as exposições eles eram devolvidos à África ou à Ásia. No caso de Benga, quando ele é devolvido e chega à sua terra natal, a sua aldeia havia sido inteiramente destruída numa guerra com outros povos. Ele, então, ameaçado de morte, retorna com o antropólogo para os Estados Unidos. Não tendo onde colocá-lo no museu, decidem por colocá-lo no zoológico. No zoológico, ele vai com lanças e vestes de caça para a jaula dos macacos, constituindo-se numa “grande atração”. Aí permanece trabalhando por dez anos, fazendo apresentações regulares. Enfim, quando ele sai, comete suicídio. A expressão “zoo humano”, encontrável nas tantas histórias da antropologia, ganha maior força explicativa a partir desta tragédia. O livro

16 O filme “The Curious Case of Benjamin Button”, data de 2008 e é dirigido por David Fincher, baseia-se num conto homônimo de F. Scott Fitzgerald, publicado em 1921.

que focaliza a trágica vida de Ota Benga menciona os profissionais que mediaram estas exposições.

Estratégias empresariais que deslocam contingencialmente representantes de comunidades tradicionais ou tratam de “projetos de reassentamento” novamente estão sendo colocadas no presente. Não se trata, entretanto, de exposições, senão de atestar medidas de deslocamento compulsório, edulcoradas com termos como “reassentamento” e “transferência de populações”. Novas demandas são pautadas por hidrelétricas, empresas mineradoras, empresas de consultoria e de engenharia para grandes projetos, empresas de serviços ambientais para a produção de EIA-RIMAS, laboratórios de biotecnologia, indústrias farmacêuticas, indústrias de sementes, empresas madeireiras e empresas agropecuárias, além de agências governamentais que focalizam rodovias, portos, aeroportos etc. Sofisticadas técnicas de “reassentamento” são elaboradas e adotadas por agências multilaterais, que financiam as chamadas “obras de infraestrutura”. Antropólogos passam a ser recrutados, juntamente com profissionais de inúmeras formações acadêmicas, para a implementação de tais medidas, elaborando laudos e suas respectivas variantes. Em que medida esta pressão tem efeitos sobre o campo da produção antropológica?

Think tanks e public intellectuals

Os chamados *think tanks* são grupos de pensamento que se articulam para produzir proposições sobre determinadas questões que marcam a vida social, focalizando certos temas e problemas, como as modificações nos códigos (penal, florestal, mineral, comercial, das águas) e as políticas de reconhecimento e distribuição. Sua ação independe do Estado e de qualquer responsabilidade sobre a implementação por este de suas proposições. Seus integrantes estão presentes na imprensa, nas proposições apresentadas ao legislativo, elaboram os chamados contra-laudos, que são formas de se manifestar de uma maneira bastante organizada contrariamente aos interesses de povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. Os intelectuais referidos aos *think tanks* também propugnam autonomia face ao Estado, mas formulam consoante o conservantismo na política e na própria noção de etnia que praticam, que é primordialista em todos os sentidos. Não é difícil perceber que antropólogos, que procedem segundo uma abordagem essencialista, perfilam com estes *think tanks* na elaboração de matérias para serem apreciadas pelo legislativo ou na argumentação favorável às emendas constitucionais que focalizam as terras indígenas. No caso brasileiro basta examinar as proposições da chamada “bancada ruralista” na Câmara dos Deputados e no Senado para constatar sua ação no sentido de privatizar as terras públicas e fragilizar os direitos territoriais de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, comunidades de fundos de pasto, faxinalenses e quebradeiras de coco babaçu, reestruturando o mercado de terras em favor da produção de *commodities* agrícolas e minero-metalúrgicas.

Bourdieu em *Contrafogos 2* explicita instrumentos analíticos de um outro ângulo deste confronto, recuperando a categoria “homem político” e opondo o “intelectual específico”, com sua autonomia de reflexão e ação, ao conservantismo dos *think tanks*.

“Primeiro ponto: para evitar qualquer mal entendido, é preciso deixar claro que um pesquisador, um artista ou um escritor que intervém no mundo político não se torna por isso um homem político; de acordo com o modelo criado por Zola por ocasião do caso Dreyfus, torna-se um intelectual,

ou, como se diz nos Estados Unidos, um *public intellectual*, ou seja, alguém que engaja numa luta política sua competência e sua autonomia específicas e os valores associados ao exercício de sua profissão, como os valores de verdade e de desinteresse ou, em outros termos, alguém que se encaminha para o terreno da política, mas sem abandonar suas exigências e suas competências de pesquisa” (BOURDIEU, 2001: 36,37) (g.n.).

Em oposição ao papel desempenhado pelos *think tanks* conservadores Bourdieu propõe, com extremo discernimento, formas de mobilização de produtores intelectuais perfeitamente compatíveis com aquelas encetadas pelas associações científicas e por agrupamentos voluntários e informais de antropólogos. Para Bourdieu importa constituir “redes críticas, reunindo “intelectuais específicos” (no sentido de Foucault) num verdadeiro intelectual coletivo ele próprio capaz de definir os objetos e os fins de sua reflexão e de sua ação” (BOURDIEU, *ibid.*39).

Dos meandros desta formulação de Bourdieu talvez seja mais propícia a explicação de um dos significados mais discutidos do Projeto Nova Cartografia Social, do qual participo, que se refere à recusa de uma ação mediadora, e das escolhas teóricas dos pesquisadores referidos às redes abrangidas por ele. Inicialmente implica em traçar um limite no que tange ao grau de interferência desta poderosa coalisão de interesses, que abrange agências do Estado e conglomerados econômicos, na produção intelectual e científica dos antropólogos. Penso que isto exige uma reflexão mais detida. A ABA, por exemplo, foi pensada há mais de meio século com e para poucos antropólogos. Não foi projetada nem vivida como uma “entidade de massa”, porquanto é uma associação científica e não exatamente um sindicato.

Hoje estamos sentindo toda ordem de dificuldades para manter a autonomia do ofício. Desde problemas de espaços físicos dentro das universidades e dos departamentos, até para acolher os núcleos de pesquisa e os laboratórios. São dificuldades vividas em situações intrínsecas à nossa organização institucional enquanto antropólogos. A logística encontra-se inteiramente combalida, porque não acompanhou o ritmo das instituições de ensino e os desdobramentos dos trabalhos de pesquisa. É como se a associação científica e a universidade estivessem vivendo impasses para acompanhar as transformações em curso e suas inovações. Quando escrevo “novo”, como já frisei, confesso a ignorância teórica de não ter um substantivo, de não ter conseguido um conceito ou um instrumento analítico mais concreto. Reitero que tal insuficiência é traduzida pelo “novo”. No caso dos antropólogos e suas formas de organização, esta é a dificuldade de nós não estarmos conseguindo confrontar inteiramente as “novas” demandas. Tem peso relevante a “nova” composição da população de profissionais em antropologia e os “novos” gêneros de produção científica impostos por instâncias de consagração muito afinadas com os atos de Estado e com estratégias empresariais. Ora, há códigos de ciência e tecnologia sendo instituídos em diferentes países, regulamentando procedimentos, e grandes empresas privadas abrindo laboratórios dentro das próprias universidades públicas e imaginando o conhecimento a seu serviço, reduzindo a ciência às suas possibilidades de aplicação e à sua utilidade. O império do conhecimento útil invade com uma força desmedida laboratórios de pesquisa e proposições de grupo de pesquisadores, convertendo-os em potenciais produtores de patentes e de “invenções”, normatizadas pelas leis de propriedade intelectual e pelos circuitos do mercado de bens simbólicos. Difícil entender tudo ou todas as dimensões deste acelerado processo de patrimonialização. A antropologia se

constituiu numa disciplina científica com um corpo de cientistas em formação e se nós formos ficar sob o jugo da ampliação do mercado de trabalho, corremos o risco de ficar formando só antropólogos operacionalizadores, aplicadores ou executores de demandas oficiais e dos trabalhos de “encomenda”, bem como de mestrados e especializações profissionalizantes. Seria uma redução grosseira ter como finalidade formar antropólogos só para a produção de laudos e pareceres ou para agilizar licenciamentos e identificações. O poder burocrático e administrativo pode até fascinar, mas tem que ser interpretados criticamente e submetido aos esquemas explicativos de uma antropologia política. O campo da produção antropológica, antes mesmo de se constituir enquanto campo, esteve atrelado às administrações coloniais e depois, por um longo período, se manteve distante de pressões diretas e talvez esteja se defrontando agora com impasses de difícil superação. Não sei se tais problemas concernem tão somente a uma expressão organizativa. Não saberia afirmar, se nós nos organizarmos em sindicato, ou tivermos registro como se fora “um CREA”, se vamos conseguir resolver todas as ordens de problemas. A própria composição hoje dos profissionais que estão neste campo, ela é extremamente heterogênea, e dificilmente se vai alcançar uma organização que atenda completamente a todos, a curto prazo, com direitos trabalhistas definidos e com um código de ética consensual. As “novas demandas” do mercado de trabalho, mostram-se insuficientes para responder aos problemas, mesmo que haja um posicionamento favorável a essa profissionalização. Se vamos nos organizar como os engenheiros ou os arquitetos, eu não sei se nós conseguiríamos de pronto responder aos desafios colocados, pelas próprias especificidades do ofício.

Outro ponto que acho também bem complicado, é que o código de processo civil também delimita atividades, tais como: um médico não pode ser perito do seu paciente. Nenhum médico pode dar o atestado para o seu paciente ou não pode ser um perito legal do seu paciente. Na antropologia é totalmente diferente. Os peritos são escolhidos pelos conhecimentos que os antropólogos possuem daqueles com os quais eles trabalham. Seria justamente o contrário das ciências naturais, exatamente o oposto. Não sei como é que, em termos de mecanismos ou fatores jurídicos, nós poderemos chegar à definição específica do que seria juridicamente o exercício da profissão de antropólogo.

Faço parte dos que acreditam que nós temos que manter esta dimensão de autonomia científica e dentro do nosso próprio trabalho, através da competência, estabelecermos uma relação profunda com os agentes sociais estudados. Sob este prisma, esta é uma atividade que não vai se resolver pelo mercado de trabalho. Aceitar isto seria correr o risco de reconhecer o império da antropologia aplicada, que não é o nosso caso. A politização da independência face ao Estado e às estratégias empresariais mostra-se como uma forma de resistência. Para muitos de nós tem sentido esta resistência, assim como acho que a nossa profissão também está bastante despolitizada, embora nosso trabalho de pesquisa seja um trabalho crítico, político e resistente. Esta tendência parece entrar em contradição com o advento de esquemas interpretativos que politizam as relações sociais e a própria relação com a natureza.

A “antropologia da ação” distingue-se, como vimos anteriormente, da antropologia aplicada, mas também passa ao largo das disciplinas militantes, além de ser apontada como menosprezando a análise reflexiva. Anuncio, pois, a dificuldade e também anuncio o limite dentro da dificuldade, ao qual também não consigo responder. Não há resposta pronta, certamente. Talvez vocês imaginem encontrar resposta em algum manual. Mas estou, justamente, convidando vo-

cês a duvidarem dos manuais, Porque o manual é o templo da glaciação dos procedimentos de pesquisa. Frigorifica tudo num tom normativo, solucionando qualquer indagação: “faça assim ou assado” ou “deve ser feito dessa maneira”. Há um peso enorme nestas normas. O Real Instituto de Antropologia da Grã-Bretanha e Irlanda já produzia um “guia prático de antropologia” desde o último quartel do século XIX. E há quem fale também: “afastai-nos dos cães de guarda metodológicos”, que vão sempre querer imprimir um sentido normativo a uma disciplina que luta pela desnaturalização das ciências sociais desde seu nascedouro. Aliás é uma luta cotidiana aquela luta por uma antropologia social como uma ciência “desnaturalizada”, uma ciência que tenta se libertar da antropologia biológica ou da antropologia física para poder existir enquanto antropologia social. Veja-se o drama de Boas, o amargor de uma punição pela ousadia de insistir numa “antropologia cultural” livre do domínio da antropologia física e biológica. As disputas se dão, portanto, em vários planos e faz-se necessário identificá-los para uma compreensão mais completa do processo de produção antropológica e de suas possibilidades e limites. Eis o nosso desafio.

Referências Bibliográficas

AAA Commission on the Engagement of Anthropology with the US Security and Intelligence Communities (CEAUSSIC). **Final Report on The Army’s Human Terrain System Proof of Concept Program**. Submitted to the American Anthropological Association Executive Board, November 4, 2007, 23.

BENEDICT, Ruth. **The Chrysanthemum and the Sword: Patterns of Japanese Culture**. Boston: Houghton Mifflin, 1974.

BENNETT, John W, ed. **The New Ethnicity: Perspectives from Ethnology. 1973 Proceedings of The American Ethnological Society**. St. Paul: West Publishing Co., 1975.

BERREMAN, Gerald D. Is Anthropology Alive? Social Responsibility in Social Anthropology. **Current Anthropology**. Vol. 9, No. 5 (Dec., 1968), pp. 391-396.

BOAS, Franz. “Scientists as Spies” In **The Nation**, December 20, 1919.

BOLTANSKI, Luc. **Enigmas y complots. Uma investigación sobre las investigaciones**. Buenos Aires. Fondo de Cultura Economica. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Esboço de Auto-análise**. São Paulo. Companhia das Letras. 2005 (tradução de Sergio Miceli).

BRADFORD, Phillips Verner & BLUME, Harvey. **OTA BENGA - The pygmy in the zoo**. New York. Bantam Doubleday Dell Publishing Group, Inc. 1993.

BRAESTRUD, Peter. **Researchers Aid and Thai Rebel Fight: US Defence Unit Develops Anti-**

guerrilhoas Devices. New York Times, 20, March, 1967.

CASTRO FARIA, Luís. **Antropologia. Espetáculo e Excelência**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ/Tempo Brasileiro. 1993. pp.1-25.

_____. **Antropologia: Duas Ciências. Notas para uma história da Antropologia no Brasil**. (orgs. Alfredo Wagner, Heloisa Bertol). Rio de Janeiro. CNPq/MAST, 2006.

EVANS, Andrew D. **Anthropology at War. World War I and the Science of Race in Germany**. The University of Chicago Press. Chicago, 2010.

FERGUSON, R. Brian & FARRAGHER, Leslie. **The Anthropology of War: A Bibliography**. New York: The Harry Frank Guggenheim Foundation, 1988.

FOSTER, George M. **As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia. Rio de Janeiro**. Editora Fundo de Cultura. 1964 (1ª ed. nos E.U.A., 1962).

GAILLARD, G. **Dictionnaire des ethnologues et des anthropologues**. Paris. Armand Colin, 1997.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e Visagens: Um Estudo da Vida Religiosa de Itá, Baixo Amazonas**. São Paulo, Nacional, 1955 (Coleção Brasileira).

HALE, Charles. Activist research v. cultural critique: Indigenous land rights and the contradictions of politically engaged anthropology. **Cultural Anthropology**, 21(1): 96-120, 2006.

HINSHAW, Robert (ed.). Essays in Honor of Sol Tax. A Discussion of Action Anthropology. **Current Anthropology**, vol.16. nº4. 1975.

HOBSBAWM, Eric. **Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KLUCKHOHN, Clyde. “Antropólogos em Ação” In **Antropologia: um Espelho Para o Homem**. Editora Itatiaia, São Paulo, Vol. 29, 1963

LARAIA, Roque de Barros – “Ética e Antropologia: Algumas Questões”. Brasília, **Série Antropológica**, UnB, nº 157. 1993

LOW, Setha & MERRY, Sally Engle. “Engaged Anthropology: diversity and Dilemmas: An Introduction to Supplement 2.” **Current Anthropology**, Vol. 51, No. S2, (October 2010), p. 235-247.

MERCIER, Paul. **Histoire de l’anthropologie**. Paris, Presses Universitaires de France, 1966.

MONTERO, Laura. “Conheça seu inimigo: os antropólogos na zona de guerra”. **Revista Forum**. Semanal. 26 de julho de 2015.

NETWORK OF CONCERNED ANTHROPOLOGISTS STEERING COMMITTEE (Eds) **The Counter-Counterinsurgency Manual or, Notes on Demilitarizing American Society**. Pp 59-76. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2009.

NISBET, Robert. ‘Project Camelot: An Autopsy’, in Philip Rieff (ed.), **On Intellectuals: Theoretical Studies/Case Studies** (New York: Anchor Books, 1970), 307–39.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. “Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios”. In **O nascimento do Brasil e outros ensaios - pacificação, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro. Contracapa. 2016 pp.317- 362.

PLATTNER, Stuart & MAYBURY-LEWIS, David (Eds.), **Prospects for plural societies: 1982 Proceedings of the American Ethnological Society**. Washington, DC: American Ethnological Society, 1984.

PRICE, David. **Anthropological Intelligence: The Deployment and Neglect of American Anthropology in the Second World War**. Duke University Press, 2008

_____. “The destruction of conscience in the NAS. An interview with Marshall Sahlins.” In **Counterpunch** 26/02/2013. Disponível em www.counterpunch.org/2013/02/26

SALMERON, Roberto A. **A universidade interrompida: Brasília 1964-1965**. Editora UnB. 2007. 2ª edição revista. pp.121-128 e 241,242.

SANJECK, Roger. **Fieldnotes. The making of Anthropology**. Ithaca-N.York. Cornell University Press. 1990.

STOCKING, George. (Organização e Introdução) – **A formação da antropologia americana. 1883-1911. Antologia. Franz Boas**, Rio de Janeiro. Contraponto/Editora UFRJ. 2004 (Tradução - Rosaura Maria Cirne Lima Eichenberg).

TAX, Sol. **Penny Capitalism A Guatemalan Indian Economy**. Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology. Publication No. 16, 1953

_____. Action Anthropology. **Current Anthropology** 16 (4): 514-517 [Originalmente publicado em Journal of Social Research [Bihar, Ranchi, India], 1959], 1975.

_____. Pride and Puzzlement: a retro-introspective record of 60 years of anthropology. **Annual Review of Anthropology**. 17 pp.1-21. 1988 pp.

UNITED STATES. Department of the Army. War Department Department of Defense. The U.S. Army/Marine Corps Counterinsurgency Field Manual : U.S. Army Field Manual No. 3-24: Marine Corps Warfighting Publication No. 3-33.5. Chicago: University of Chicago Press, 2007.

WAGLEY, Charles. **Amazon town: a study of man in the tropics**. London: Oxford University, 1953.

_____. “Prefácio” In **Uma Comunidade Amazônica (Estudo do Homem nos Trópicos)**. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1957 (Tradução de Clotilde da Silva Costa).